

Sarney denuncia plano de radicais de parar o País

CARLOS CHAGAS

Havia um plano para paralisar o País neste mês de outubro, engendrado pelas esquerdas radicais para causar o caos social e, dele, conduzir à crise política, com evidentes implicações eleitorais em novembro. Esse plano previa o sucesso de um sem-número de greves de sentido político, em setores essenciais da economia e sociais. Viria mesclado com a agitação orquestrada no campo, com invasões de terras em todas as regiões onde se registram conflitos. Não houve, porém, receptividade, já que o País, mais do que o governo, encarregou-se de frustrar as intenções dos agitadores: as greves não vingaram e as invasões malograram, tudo por falta de respaldo popular. Nem operários nem camponeses deram ouvidos a agitadores, sendo que o poder público também atuou, garantindo o direito de trabalho a quem quisesse trabalhar e impedindo a maior parte das invasões de terras.

A informação é do presidente José Sarney, transmitida ontem ao repórter, na hora do almoço. O chefe do governo mostrava-se satisfeito diante do que chamou de reação nacional de bom senso diante dos extremados, entre os quais particularizou a CUT.

Disse que a agitação estava planejada por grupos radicais, inclusive exposta em documentos. Se a greve dos bancários tivesse dado certo, em setembro, prolongando-se até agora, movimentos mais fortes se seguiriam visando obturar o sistema econômico-financeiro. Tentaram paralisar a Companhia Siderúrgica Nacional, e, se o tivessem conseguido, logo atingiriam a Cosipa e outras siderúrgicas. Malograram na greve do porto de Santos, o que, se alcançasse sucesso, se espalharia por outros pontos do País. Fracassaram, também, na greve dos Correios e Telégrafos, e pretendiam, com ela e com a greve dos previdenciários, chegar ao clí-

max. Esse ocorreria este mês, com a greve dos metalúrgicos.

Os fatos demonstraram, conforme Sarney, que a população repele movimentos extremados. Mais ainda, que as greves de sentido político destinam-se ao fracasso. Tem informações de que os radicais estão mudando de tática, pretendendo agora forçar paralisações por meio de bandeiras puramente reivindicatórias, como o estabelecimento das 40 horas semanais de trabalho, as férias de dois meses e sucedâneos. O governo

"Se a greve dos bancários desse certo, movimentos mais fortes se seguiriam."

permanecerá na linha que se traçou: garantir o pleno direito de greve, mas, em paralelo, o direito ao trabalho para quem quiser. Exemplo dessa postura aconteceu na Companhia Siderúrgica Nacional. Garantiu-se o direito ao trabalho, mediante a utilização de força militar, e o resultado foi expressivo: todos os operários voltaram a suas ocupações. Estavam intimidados e quando sentiram que o poder público assegurava-lhes o trabalho, não hesitaram.

A postura anti-radical da sociedade brasileira é a que mais entusiasma o presidente. Ele não acredita que a Assembléia Nacional Constituinte venha a produzir uma Constituição radical e extremada. A grande maioria de seus integrantes pertencerá à Aliança Democrática, e ela se encarregará de chegar a um texto acorde com as necessidades e anseios nacionais. Reformista, mas jamais radical. O governo não cruzará os braços nem se manterá alheio aos trabalhos constituintes, ainda que respeitando a soberania da Assembléia. Os interesses do governo serão sustentados pelos dois partidos que o formam, PMDB e PFL.

O trabalho feito pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não será mesmo encaminhado por ele aos constituintes nem que receba solicitações formais. Não tem como dirigir-se à Assembléia Nacional Constituinte, em termos da atual Constituição que valerá até o dia da promulgação da nova. A emenda convocatória da Constituinte não previu o envio de nenhum anteprojeto, pelo Palácio do Planalto, que objetivamente não tem nem terá nenhum. Caso encampasse o texto dos notáveis, e o enviasse, estaria obrigado a sustentar cada um de seus capítulos e artigos.

Leu todo o trabalho, mas exime-se de comentário públicos. Provocado, no entanto, não deixa de fazer reparos a certos artigos, entre eles o que retira das Forças Armadas a função de garantidoras da ordem interna. No caso de uma convulsão, de uma crise, de estarem invadindo e tocando fogo no Congresso, por exemplo, como admitir que, constitucionalmente, as Forças Armadas devam ficar de fora, impedidas de sustentar os poderes constitucionais? Pelo contrário, uma supressão desse tipo conduziria ao golpe de Estado. O que se deve buscar são mecanismos em condições de garantir a defesa da ordem interna.

"O poder aquisitivo das massas aumentou. Todos vivem hoje melhor do que ontem."

Se a Assembléia Nacional Constituinte quiser, repete o presidente, poderá utilizar o texto dos notáveis. Ele está publicado no Diário Oficial, por determinação sua.

Caso os constituintes estabeleçam o princípio da reeleição presidencial, respeitará e até poderá

aplaudir a decisão, mas em nenhum momento aceitará reeleger-se. E sua decisão política não se candidatará mais a postos eletivos. De forma alguma. Acentua não possuir gosto pelo poder, que exerce por desígnios de Deus. Cumprirá sua missão, espera estar demonstrando o maior de seus esforços para a recuperação nacional. Af estão as instituições democráticas, funcionando a plena carga, bem como as opções tomadas no plano social. O Plano Cruzado mudou a face do País, apresenta resultados positivos e deu certo, apesar de obstáculos e percalços, por sinal previsíveis desde o início. O poder aquisitivo das massas aumentou, todos vivem, hoje, melhor do que ontem.

A conversa passa para o abastecimento e Sarney, reconhecendo a falta de certos gêneros, especialmente as proteínas, como carne, ovos e frangos, manifesta a certeza de que em pouco tempo a situação estará normalizada. Não em 40 dias, como se imaginou. No caso específico da carne, não exclui a possibilidade de medidas drásticas serem tomadas. A lei existe e pune especuladores e sonegadores. Para a aplicação dela, será preciso que se caracterizem muito bem as ações daqueles que sonegam e especulam. Pode ser amanhã, como pode ser na semana que vem ou no próximo mês, mas eles receberão o impacto da lei, se comprovado estarem agindo contra a economia popular. Desejaria não ter de tomar certas iniciativas, como o confisco de bois, levando o atual processo eleitoral ao seu fim, em 15 de novembro, sem adotar medidas que seus adversários chamariam de demagógicas. Mas não hesitará, tornando-se necessário. O importante, para ele, é que o consumo aumentou e a situação já se vai normalizando. Estão sendo abatidas 17 mil reses por dia, contra 23 mil em igual período do ano passado, a entressafra. Sente que o povo compreende e não se deixa levar pela pregação dos radicais e extremistas.

Debate da sucessão aborrece presidente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A iniciativa de alguns políticos de antecipar a discussão sobre quem vai substituir Sarney no Palácio do Planalto — muitos, por sinal, apresentando nomes de candidatos — está deixando o presidente literalmente aborrecido, pois acha o assunto prematuro, inadequado para o momento, "e coisa de quem não tem o que conversar".

A informação é de uma alta fonte do governo, com trânsito no gabinete do presidente, acrescentando que, na opinião de Sarney, a sociedade não

Brossard, da Justiça, voltou a defender a redução do mandato presidencial para cinco anos. Seis anos é um período excelente, segundo o ministro, quando o presidente é bom, "mas, quando não é...", conclui reticente Brossard, sem explicitar seu pensamento. O certo é que, de acordo com o ministro, quatro anos é pouco, seis é muito, e cinco, portanto, representa um período ideal para duração do mandato presidencial.

Mas, para ele, falar de sucessão presidencial ou de duração do mandato do presidente da República, no momento, é inoportuno.